

APRESENTAÇÃO

Os Seminários DOCOMOMO regionais foram criados para responder às demandas locais de fóruns permanentes e especializados para o debate sobre a recepção e difusão do Movimento Moderno. Buscam atender não apenas a uma carência de eventos desta natureza, com o crescente número de cursos de pós-graduação e de profissionais dedicados ao tema, como também e principalmente à notória valorização do patrimônio moderno e sua conseqüente necessidade de preservação. Na região Norte e Nordeste, o primeiro encontro deu-se em Recife, no ano de 2006, por iniciativa da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Foi dentro desta perspectiva que o núcleo DOCOMOMO-Bahia, berço do DOCOMOMO no país, na extensão de seus trabalhos, promoveu o Segundo Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste. Esse encontro teve como objetivo dar continuidade às reflexões sobre as práticas modernas em suas múltiplas formas, avaliando com maior precisão suas possibilidades de preservação nas regiões em questão. O evento foi realizado em junho de 2008 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio de seu Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, onde está sediado o núcleo DOCOMOMO-Bahia, tendo como parceiros o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

O Segundo Seminário DOCOMOMO N-NE foi, portanto, fundamental para a consolidação desse fórum regional, oferecendo novos aportes para tal discussão, ao ter como tema central a avaliação da produção e da preservação da arquitetura e do urbanismo modernos do norte e nordeste brasileiros. Como ponderações preliminares necessárias para a preservação desse patrimônio, o seminário propôs-se a identificar os valores que diferenciam aquelas obras que simplesmente reproduzem soluções arquitetônicas e urbanísticas existentes, daquelas que introduzem soluções inovadoras, tornando-se, inclusive, referenciais para o passado, presente e futuro. As comunicações apresentadas durante o seminário, e publicadas nos Anais do evento, contribuíram para o aprofundamento dessa identificação, referindo-se principalmente à produção da arquitetura e urbanismo do norte-nordeste do Brasil. Entretanto a referida avaliação está longe de ser esgotada.

Neste número especial dos Cadernos do PPGAU-UFBA – como essencial subsídio no avanço desta discussão – trazemos as contribuições de palestrantes convidados

e seus pares, que não estavam incluídas nos Anais do seminário e gentilmente atenderam a nosso convite e nos cederam seus textos para esta publicação. Nela é possível observar não só que se faz necessário continuarem os inventários sobre as realizações do norte-nordeste como também é fundamental persistir nas ponderações sobre a produção e preservação dessas manifestações arquitetônicas e urbanísticas.

Dentro desse cenário, o evento propôs algumas indicações de assuntos para o debate. O primeiro diz respeito à necessidade de seguir inventariando e apontando possíveis níveis de proteção para a preservação da arquitetura e urbanismo das regiões. Cabe salientar alguns trabalhos que discutem isso:

Em *Notas sobre o Inventário da Arquitetura Moderna da Universidade Federal do Ceará – o Campus do Benfica*, Clovis Jucá Neto, Ricardo Fernandes e José Clewton do Nascimento apresentam uma etapa preliminar para o reconhecimento e posterior proteção de alguns exemplares da arquitetura moderna cearense. Nesse sentido, além de realizar um levantamento sobre as características arquitetônicas e históricas dos edifícios, o inventário também procura detectar as intervenções posteriores, tendo em vista a preservação desse patrimônio.

O artigo *Desafios da Preservação da Arquitetura Moderna: o caso de João Pessoa*, de autoria de Nelci Tinem, traça um panorama dos exemplares mais destacados da arquitetura moderna, tanto na esfera nacional, como no contexto paraibano. Para a autora, o universo dos exemplares arquitetônicos modernos de interesse nacional a serem preservados encontra-se praticamente consolidado. Indica que na Paraíba também já foram feitos registros e reflexões sobre a arquitetura moderna local que possibilitaram uma classificação que se divide entre exemplares de interesse nacional, regional e local. Nelci Tinem aponta brevemente suas qualidades arquitetônicas, assim como seus estados de conservação (quando ainda preservados).

O segundo tema abordado no seminário remete à relação da arquitetura moderna com seus contextos locais e como a circulação de ideias afetou essa produção arquitetônica. Tal assunto tem sido amplamente discutido ao longo dos seminários brasileiros e regionais do DOCOMOMO e reaparece aqui.

Assim, no artigo intitulado *Referências Modernas na Arquitetura Pública e Privada na Cidade de Belém entre 1938 e 1970*, Celma Chaves detecta as diferentes manifestações arquitetônicas modernas locais, assinalando suas peculiaridades e apontando suas conexões com referências arquitetônicas nacionais. O artigo também indica relações entre a renovação arquitetônica de Belém e as transformações socioeconômicas e políticas brasileiras desde a década de 1930.

Outro artigo que também trata das especificidades dos contextos locais e da circulação de ideias é de autoria de Sônia Marques e Guilah Naslavsky: *Uma Escola de Delfim?* Nesse artigo, as autoras realizam um exame historiográfico sobre a existência de uma escola arquitetônica autenticamente pernambucana e suas possíveis origens. Apontam a existência de uma “escola de Delfim”, devido ao papel prescritivo e proscritivo que o arquiteto exerceu na cátedra, a partir dos anos 1950. As pesquisadoras ressaltam, entretanto, que não é possível estabelecer uma permanência dessa escola na atualidade.

A discussão das influências dos contextos locais também aparece no artigo *A Alma aqui não Faz Sombra no Chão. Lúcio Costa e o Saber Vernáculo*, cuja autoria é de Maria Angélica Silva. O interesse pelo estudo e pela apropriação de elementos vernaculares brasileiros por arquitetos como Lúcio Costa e Lina Bo Bardi é mostrado pela autora, que, com precisa sensibilidade, vai além do discurso dos dois arquitetos, detectando outras maneiras de apropriação de elementos vernaculares. O estudo concentra-se no exame do quintal, considerado um espaço autenticamente brasileiro e nordestino. Tal espaço, no entanto, é muitas vezes negligenciado por esses arquitetos, uma vez que privilegiam os jardins enquanto espaços caracteristicamente modernos.

O artigo de Hugo Segawa também se insere no segundo tema. Em *Oswaldo Arthur Bratke: Vila Serra do Navio e Vila Amazonas*, o autor faz um relato da experiência do arquiteto no Amapá, levando em consideração a adequação desse projeto com características nitidamente modernas ao contexto local.

O terceiro assunto merece um especial destaque, pela premente necessidade de discuti-lo. Diz respeito justamente aos referenciais para a preservação da obra moderna.

A primeira indagação que se impõe então é: Qual a motivação para a preservação de obras em um momento que tem como preocupação central o novo? Essa questão aparece no texto *Contingência e Transitoriedade das Construções Modernas*, da professora Odete Dourado. Numa incursão sobre as Exposições Universais do século XIX, o artigo aponta o surgimento das lógicas que impulsionaram a criação das obras modernas e sua intrínseca fugacidade, num mundo guiado pelos valores do utilitarismo e do consumismo, ávido pela próxima novidade. Segundo a autora: “Nesse mundo, nada pode ser feito para durar, nem mesmo as arquiteturas, cuja tradição fincou na solidez ou duração uma de suas bases mais tradicionais.” Ao discorrer sobre as questões suscitadas e ações ocorridas na construção e demolição de algumas das mais importantes exposições daquele momento, Odete Dourado revela o paradoxo que significa a preservação dos exemplares modernos. Em suas palavras

[...] não será a condição constitutiva de fragilidade construtiva e nem mesmo a instabilidade funcional inerentes aos edifícios modernos que irão ditar a sua duração no tempo. Se é verdade que o chamado Movimento Moderno é fruto desse caldeirão cultural, é também verdade, e cabe aqui insistir, que dele emergirá a necessidade imperiosa de preservar ou de fazer escapar da voracidade e fluidez do tempo, especiais produtos da atividade humana a que atribuímos valor de arte e de história.

Dentro dessa pauta destacamos novamente a contribuição de Nelci Tinem, *Desafios da Preservação da Arquitetura Moderna: o Caso de João Pessoa*. Em seu texto, a autora aponta três momentos do debate sobre a preservação do patrimônio moderno: reconhecimento e difusão da herança moderna; registro e propostas de conservação de edifícios e conjuntos modernos; reflexão sobre a conservação, reutilização e intervenção sobre essa produção. Para Nelci Tinem, os dois primeiros momentos já foram exaustivamente discutidos, mas o mesmo não podemos dizer do terceiro, o que confirma a necessidade de orientar os próximos encontros do DOCOMOMO (nacional e regionais) no sentido de fomentar esse debate. A autora assinala um ponto que considera fundamental: “[...] aos profissionais de ofício cumpre talvez a tarefa mais árdua, possuir habilidade, competência e ‘bom senso’ para tratar de um tema tão delicado, oferecendo propostas que tenham no mínimo o mesmo nível da obra em que se vai intervir”. Nelci Tinem comenta algumas intervenções em obras modernas paraibanas consideradas positivas, que cumpriram a tarefa assinalada anteriormente.

Outro texto que trata do mesmo assunto é de autoria de Carlos Eduardo Comas, Cecília Rodrigues dos Santos e Ruth Verde Zein: *Reparos, Recriações, Completamentos e a Preservação do Moderno*. O artigo examina os modos de intervenção em edifícios realizados pelos próprios arquitetos autores da obra original. Propõe uma discussão não só sobre como esses arquitetos intervêm em seus próprios projetos preexistentes, mas também como se estabelece o enfretamento do autor com sua própria obra e com os órgãos de preservação eventualmente responsáveis por protegê-la. As reflexões dos autores apontam para a existência de três possibilidades de “reformas” em preexistências: recriação, reparo e completamento. A recriação implica maior incisão do autor sobre sua obra original; o reparo assinala uma emenda contrastante ao existente; e o completamento aponta para o resgate do projeto original. Uma questão importante é levantada pelos autores: “Toda ação de preservação no patrimônio é um projeto. O patrimônio moderno não é exceção.”

Sem dúvida, os textos apresentados aqui são mais um passo no longo e controverso caminho para a preservação da arquitetura e urbanismo do Movimento Moderno. Entretanto o tema das referências para tal preservação ainda merece maior aprofundamento. Longe de esgotá-lo, mas com o intuito de contribuir para essa discussão, julgamos pertinente assinalar alguns pontos que nos parecem importantes.

Entendemos que toda ação sobre preexistências arquitetônicas implica em duas etapas complementares: o reconhecimento dos valores artísticos e históricos da obra em questão e, feito isto, o estabelecimento de diretrizes de intervenção. Tal procedimento é comum às obras arquitetônicas de todos os tempos, inclusive às modernistas, tal como indica Nelci Tinem.

O primeiro momento de reconhecimento parece-nos fundamental, pois estabelece se a obra em questão é portadora de valores históricos e/ou artísticos. Se a identificação dos valores históricos não é tão polêmica, o mesmo não podemos dizer dos valores artísticos. Em que consistem? Para que seja reconhecido o valor artístico é necessário examinar a obra, verificar as composições de planos e volumes, modenatura e fenestração, cores, luzes e sombras, articulações espaciais, sistemas de circulação, soluções estruturais, definição tipológica, implantação, adequação ao meio ambiente, a relação com o lugar e seus contextos, dentro outros... e, fundamentalmente, as conexões que todos esses quesitos estabelecem na síntese da resposta formal de cada uma das obras. Aqueles exemplares que oferecem uma solução mais coerente entre esses diversos pontos, resultando em expressões inusitadas e representativas, capazes de sensibilizar significativamente a percepção contemporânea, podem ser considerados como possuidores de valor artístico. Evidentemente, não são todas as obras que apresentam soluções perfeitamente coerentes, inusitadas e representativas. Eventualmente, o valor artístico pode incidir sobre determinadas características da obra que a tornam significativa, sendo imperativo identificá-las. Também é necessário atermo-nos ao valor artístico da obra tal como ela se apresenta na atualidade. Isso implica na aceitação de todos aqueles elementos inseridos na obra, no decorrer do tempo, que lhe tenham acrescentado valor artístico, e a eliminação daqueles que a tenham prejudicado.

Para que seja possível avaliar a existência de valor artístico é imprescindível ter em mente o universo arquitetônico em pauta, analisando a obra tanto em relação às demais produções do arquiteto quanto em conexão com outras obras referenciais.

Todos esses pontos são fundamentais para que seja estabelecido o valor da obra e assinalado o grau de proteção ao qual deva estar vinculada. A proteção rigorosa deve ficar restrita às obras de valor artístico excepcional, ou seja, às obras de arte que a princípio devem ser restauradas, salvo em casos raríssimos. E aqui cabe ressaltar dois pontos: 1. o restauro não é a única, mas uma das possíveis intervenções passíveis de serem realizadas em objetos de interesse de preservação. Possui um significado preciso – **recuperação de algo** – no sentido *brandiano*;¹ essa recuperação refere-se ao restabelecimento da leitura da unidade artística da obra (existente em potencial, mas lacunar momentaneamente), por meio da intervenção em seu suporte, de maneira contemporânea, para não falsear a própria

obra; 2. são raríssimas as obras que merecem esse tipo de intervenção. As demais obras devem possuir um grau de proteção mais flexível, que permita tanto a conservação de seus valores artísticos quanto a incorporação de novos valores, por meio de diferentes tipos de intervenções de preservação, como as reciclagens, requalificações, recriações e tantos outros “res”.²

Vale destacar também que o uso ou a adequação a novos usos não define necessariamente o tipo de intervenção à qual uma determinada obra deverá ser submetida, visto que tanto é possível restaurar mudando a função dos espaços quanto recriar mantendo o mesmo uso e vice-versa. Se a intervenção preservar a mesma leitura e manter a mesma percepção espacial, mudando ou não seu uso, ela será uma ação restaurativa. Caso contrário, se, ao intervir, as características e a espacialidade da obra forem alteradas, essa ação poderá, sim, ser chamada de preservativa com maior ou menor grau de predominância do antigo sobre o novo, variando das reciclagens às recriações, mas, definitivamente, não será um restauro. A restauração, entretanto, não é necessariamente uma operação que limita as possibilidades de utilização das obras. Tomá-la desta maneira é desconsiderar a capacidade que as obras têm de se adaptarem aos novos usos e serem constantemente reapropriadas pelos homens.

Assim, consideramos que o reconhecimento do valor artístico dessas obras condiciona a operação que deve ser seguida, que é, em ambos os casos, de preservação. Isso significa que o arquiteto buscará preservar todos aqueles elementos que conferem às obras de proteção (restrita ou flexível) sua distinção artística. No primeiro caso, as operações objetivarão exclusivamente recuperar (sem falsear) a unidade artística da obra. No segundo caso, a questão torna-se mais complexa. Existe maior possibilidade de transformação e de criação por parte do interventor. Sua tarefa consiste em detectar quais são os elementos principais que tornam a obra singular, resgatando ou reinterpretando seu potencial artístico. Todas as novas inserções feitas na obra devem ter um duplo caráter: potencializar a apreensão desses valores que tornaram a obra expressiva (e merecedora de preservação) e agregar novos valores artísticos. Desta forma, todas as intervenções são, ao mesmo tempo, de preservação e de criação, mas ambas as operações devem ser necessariamente realizadas simultaneamente, variando apenas na relação perceptiva e de relevância que o novo irá adquirir perante o antigo. O fundamental é que toda intervenção de preservação seja criteriosa, para que a criação contemporânea não encubra a obra existente. Esse é um risco constante, que deve ser evitado, principalmente num tempo cujos egos tendem a sobressair sobre as obras a serem preservadas.

A última questão, mas não menos importante, foca os rebatimentos da arquitetura e do urbanismo modernos na contemporaneidade. Esse tema ainda carece de especial

atenção, pois, mesmo pouco abordado nas discussões teóricas, aflora na prática atual da maioria dos arquitetos brasileiros de destaque. Hoje, teóricos da arquitetura brasileira buscam, de certa maneira, identificar algumas formas de permanência do ideário modernista no fazer arquitetônico atual, permanências essas que servem, mesmo que de maneira ainda incipiente, como entradas para a discussão. Todavia, se realmente há essa permanência, como e por que isso se dá? Seria um resgate ou uma continuidade desses saberes e fazeres? Qual a relevância da herança modernista para a arquitetura brasileira na atualidade? Qual a pertinência da reutilização de princípios modernos na prática arquitetônica contemporânea? Qual a validade das lógicas e produções do Movimento Moderno como base para a criação contemporânea? Essas indagações e outras tantas dentro deste enfoque, no nosso entender, ainda continuam sem respostas contundentes; este é um campo aberto que merece ser explorado em possíveis pesquisas e futuros encontros.

Ao finalizar este caderno, é com enorme prazer que homenageamos e apresentamos o depoimento do arquiteto e professor **Pasqualino Magnavita**. Como uma das muitas formas de preservação da memória do moderno, esse grande mestre, em seus intensos oitenta anos de idade, nos fala de sua trajetória profissional através de algumas de suas obras, numa rica produção que vai da arquitetura e do *design* a sua incrível incursão pelo campo das artes plásticas.

Não poderíamos terminar esta apresentação sem deixar registrado aqui nosso especial agradecimento aos grandes arquitetos e mestres **Acácio Gil Borsoi, Antonio Heliodório Sampaio, Ary Penna Costa, Assis Reis, Lelé (João Filgueiras Lima) e Paulo Ormino Azevedo**, pela fundamental contribuição dada no 2º Seminário Docomomo N-NE. Esperamos em outra oportunidade poder prestar-lhes maiores tributos por suas destacadas trajetórias nos caminhos da arquitetura e do urbanismo não somente da região, mas do Brasil.³

Novembro de 2009.

Ana Carolina Bierrenbach

Anna Beatriz Galvão

Juliana Nery

Notas

¹ Ver BRANDI, Cesare. **Teoria del restauro**. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.

² A professora Odete Dourado dá importantes esclarecimentos sobre os significados dos termos restauro, reciclagem, requalificações e afins. DOURADO, Odete. Por um restauro urbano: novas edificações que restauram cidades monumentais. **Revista de Urbanismo e Arquitetura – Rua 8**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 8-13, 2003. Ver discussão também em: III SEMINÁRIO PROJETAR. O moderno já passado / o passado no moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura. 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2007. CD-ROM; em demais textos da Revista de Urbanismo e Arquitetura - Rua 8 supracitada; e no livro CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes; OLIVEIRA, Olívia Fernandes (Orgs.).

(Re)Discutindo o Modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1997.

³ Temos a intenção de preparar um DVD especial com a inclusão das palestras dos referidos arquitetos e mestres, realizadas no II DOCOMOMO N-NE.